

Desde 1986, as clínicas radiológicas recolhem imposto de renda e cofins com aplicação de alíquota sobre uma base de 8% da renda bruta, quando foi estabelecido que elas passariam a ter tratamento semelhante as entidades hospitalares. No entanto, regularmente a receita federal tem alterado as suas instruções normativas e passam a impor uma base de 32%, entendendo que elas são simples prestadoras de serviços em geral, como lavanderias, imobiliárias, serviços de encanamento, eletricidade, etc.

Em todas as vezes, o CBR procurou o secretário da receita e conseguiu fazer ver o quanto a medida era discriminatória e a injustiça fiscal que ela carregava. Pois, os hospitais expandiram seus departamentos de imagem e foram ao mercado buscar clientes ambulatoriais, criando uma concorrência desleal com as clínicas, pois, além do maior poderio econômico, sempre foram contemplados com benefícios fiscais, inclusive isenções de encargos.

Ao novamente penalizar, em fins de 2007, as clínicas e entendendo que a melhor solução era resolver o problema por lei, evitando assim ficar na vontade espasmódicas dos secretários, o Colégio iniciou articulações para um projeto de lei que contemplasse a todos. Após inúmeras caminhadas pelos corredores do Senado e da Câmara, principalmente dos Drs. Fernando Moreira e Sebastião Tramontin, respectivamente Presidente e Diretor de Defesa Profissional, ocorreu a emissão de uma Medida Provisória que alterava a legislação tributária, passando a ser a melhor opção para resolver a questão.

Finalmente a MP 413, que já havia sido aprovada pela Câmara, foi votada no Senado, e, em seu artigo 29 promove uma importante modificação na Lei 9.249, a qual na alínea a do inciso III do parágrafo 1º do artigo 15 diz “prestação de serviços em geral, exceto a de serviços hospitalares”.

Com a MP a redação passa a ser a seguinte: prestação de serviços em geral, exceto a de serviços hospitalares e de auxílio diagnóstico e terapia, patologia clínica, imagenologia, anatomia patológica e citopatologia, medicina nuclear e análises e patologias clínicas, desde que a prestadora destes serviços seja organizada sob a forma de sociedade empresária e atenda às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Como nem tudo pode ser sempre bom está estabelecido vigência a partir de 01 de janeiro de 2009.

Ao se estabelecer por lei tratamento tributário equivalente entre hospitais e clínicas, esperamos que os técnicos da receita passem a entender que os nossos serviços também são de saúde e tão importantes quanto aqueles.

Como ponto final, esperamos que a Presidência da República sancione a lei e ao mesmo tempo deveremos continuar a luta para que a Receita Federal use o mesmo padrão para este exercício de 2008, certamente, a diretoria do CBR continuará atenta e buscando os melhores caminhos. Ao mesmo tempo, solicitamos que os colegas se mantenham cuidadosos em relação a esta questão.

Dr. Aldemir Humberto Soares

é Coordenador da Câmara Técnica de Radiologia do CFM e Diretor Responsável pelo Boletim do CBR

OPINIÃO



APARECE UMA LUZ NO FIM DO TÚNEL

**Medida provisória
aprovada garante
base de cálculo
de 8% para os
impostos dos
serviços
radiológicos**